

## PARATY COMO PATRIMÔNIO: A CONSTRUÇÃO DE UM VALOR

Jardel Sandy da Silva – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[jardelsandy@gmail.com](mailto:jardelsandy@gmail.com)

### RESUMO

As questões relativas ao patrimônio cultural podem ser analisadas pela geografia em diferentes enfoques, no entanto, a contribuição dos geógrafos para este campo ainda pode ser considerada modesta. Pelo prisma da geografia política um caminho interessante é tentar compreender o caráter altamente seletivo das políticas públicas de preservação, admitindo o território em sua dimensão simbólica, como sendo passível de diferentes atribuições de valor e estratégias de promoção. Neste sentido, o presente trabalho busca compreender como a cidade de Paraty-RJ foi concebida como patrimônio nas últimas décadas, analisando principalmente a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

**Palavras-chave:** Paraty, patrimônio, políticas públicas, representação

### Tema da pesquisa

O patrimônio cultural é composto por bens envoltos por uma atribuição de valor por parte de um segmento maior ou menor da sociedade e, geralmente, estão sujeitos a algum tipo de política pública de proteção. Essa atribuição de valor, gerada tanto pelo imaginário coletivo, quanto pelos técnicos dos órgãos de preservação, é legitimada pelos discursos da historiografia tradicional sobre determinados locais, grupos e bens. Atualmente, tem havido uma significativa ampliação no trato com o patrimônio, aumentando significativamente o repertório de bens culturais que podem estar sujeitos a uma política de patrimonialização: conjuntos arquitetônicos, paisagens, festas, coleções de arte, reservas naturais, paisagens, entre outros.

O presente trabalho tem o intuito de discutir as políticas públicas como meio de construção de discursos sobre o nacional e sobre determinadas

parcelas do território, através dos sítios urbanos tombados, correntemente designados como “cidades históricas”. O trato com esse tipo de bem tem apresentado significativas alterações ao longo da prática preservacionista brasileira. As atribuições de valor, que legitimam o tombamento e outros dispositivos de proteção, incorporam agora aspectos que antes eram quase desconsiderados. Para além dos aspectos arquitetônicos, há um esforço crescente de inventariar e preservar as práticas culturais, os fazeres, a paisagem e, ainda, os elementos naturais destas cidades, dada a maior preocupação com as questões relativas ao meio ambiente.

Essa evolução da prática patrimonialista tem levado a formas distintas de atribuição de valor às cidades e, no caso de cidades já protegidas, a alterações nos discursos sobre as mesmas. Ao analisar a atuação do principal órgão de preservação do patrimônio cultural no Brasil, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Sant’ana (1995) observou entre os anos de 1930 a 1980 uma importante transição no que diz respeito a patrimonialização de sítios urbanos, distinguindo dois períodos. No primeiro, as cidades eram consideradas em seu caráter monumental, ou seja, devido a critérios eminentemente estéticos eram consideradas merecedoras de patrimonialização, sobretudo, por apresentarem conjuntos harmônicos, bem preservados e associados ao barroco mineiro. Posteriormente, valorizou-se o caráter documental que certos conjuntos urbanos expressavam, ainda que mais ou menos descaracterizados. Nestes casos admitiu-se que organizações sociais pretéritas, bem como momentos caros à memória nacional, encontravam-se documentadas em determinados perímetros urbanos que, portanto, eram passíveis de proteção. Essa mesma autora indica que, nos anos de 1980, houve uma nova transformação com a cidade sendo vista como atração.

Analisando o caso do município de Paraty, no extremo sul fluminense, que tem sido alvo de sucessivas políticas de patrimonialização e preservação, espera-se chegar a uma melhor compreensão do caráter discursivo destas políticas e dos rebatimentos espaciais e imagéticos por elas geradas. Far-se-á um resgate documental das atribuições de valor imputadas àquele município identificando substituições, permanências e expansões naquilo que é considerado como caro à memória coletiva e merecedor de proteção.

Inicialmente, apenas o centro histórico daquela cidade associado ao período do Ouro e do Café, foi patrimonializado. Num segundo momento as políticas de preservação passaram a resguardar também a fauna e a flora locais numa perspectiva paisagística. Posteriormente, reconheceu-se o valor ecológico da região, quando da criação de diversas áreas de proteção ambiental. E, atualmente, momento em que a cidade almeja o título de Paisagem Cultural Mundial, surge estratégias de preservação e reconhecimento de grupos até então marginalizados, como os caiçaras e um antigo povoado de escravos (quilombo), bem como as práticas culturais destes grupos. A relação do centro histórico com a baía e o Caminho do Ouro também tem sido incorporada nos discursos dos dossiês das candidaturas a Patrimônio Mundial que a cidade vem apresentando a UNESCO nos últimos anos.

A motivação principal dos órgãos de preservação é garantir de forma mais efetiva a proteção dos mais variados bens, através de recursos financeiros e de pessoal. É possível observar, portanto, que num primeiro momento, existe uma atribuição de valor inicial por parte destes órgãos e do poder público em geral, que reconhecem/projetam determinados valores em certos locais por testemunharem momentos relevantes para a historiografia local, regional, nacional, ou mesmo, mundial como nos casos dos Patrimônios Mundiais.

Verifica-se no Brasil que as políticas de fomento ao turismo, ulteriores as de preservação do patrimônio, têm, historicamente, privilegiado o patrimônio arquitetônico, o patrimônio de pedra e cal. A concepção em vigor nos anos 60, e ainda hoje corrente, é a de que o patrimônio deveria deixar de ser um ônus aos cofres públicos e passar a ser auto-sustentável do ponto de vista econômico. Esta concepção, presente nos corpos técnicos do IPHAN e da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), estava em consonância com as discussões travadas em âmbito internacional, com destaque para UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), órgão internacional de fomento à cultura que, através das Normas de Quito, 1967, destacou os bens culturais como valores econômicos. Em países como o Brasil, que ao menos à época não tinham condições econômicas para deslocar recursos financeiros para o dispendioso restauro e manutenção dos centros

históricos, esta visão mercantilizatória do patrimônio encontrou terreno fértil (AGUIAR, 2008).

Ao analisar a relação entre a UNESCO e o IPHAN quanto à preservação do patrimônio cultural, Leal (2008) pontua que esta sempre foi pautada pela cooperação, sobretudo a partir dos anos 60. À época, mais precisamente em 1964, estabeleceu-se a Representação da UNESCO no Brasil que seria responsável pela vinda de uma série de profissionais ligados à conservação e gestão de sítios históricos. As ameaças ao patrimônio brasileiro foram aos poucos identificadas, bem como o potencial que várias cidades tinham, ou poderiam ter, na atração de turistas e de recursos.

*No que diz respeito mais especificamente aos esforços da UNESCO pela preservação do patrimônio cultural, é interessante notar a ênfase dada ao turismo, como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural, por esse organismo na década de 1960. (LEAL, 2008:15)*

Dentre as várias visitas dos técnicos da UNESCO ao país tem-se que a missão liderada por Michel Parent marcou o início desta fase de maior cooperação e se destaca pelo nível de detalhamento dos pontos abordados e pela abrangência do levantamento, que versa sobre sítios históricos de norte a sul do Brasil. O próprio título do relatório de Parent reflete o contexto e a visão institucional daquele momento – *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico*. O patrimônio era entendido, então, como possível fonte geradora dos próprios recursos para a sua restauração e manutenção.

*A vinda de Michel Parent ao Brasil enquadrou-se exatamente neste contexto de ênfase na relação entre turismo, desenvolvimento econômico, preservação e valorização do patrimônio cultural. (Ibid, p.18)*

O técnico francês esteve em Paraty e na região da baía da Ilha Grande como um todo, versando também sobre o sítio histórico de Angra dos Reis. Em seu relatório, ele registrou o interesse crescente que moradores de São Paulo nas casas abandonadas e em ruínas, destacando que este afluxo de turistas viabilizava de certa forma a recuperação física do casario. Parent destacou como ponto positivo o escopo jurídico de preservação incidente sobre aquela cidade, uma vez que à época de sua visita, janeiro de 1968, Paraty já

era tombada como monumento nacional. Ele elencou os atrativos naturais, como a paisagem fornecida pela mata atlântica e pela baía, e os atrativos culturais expressa, sobretudo, na arquitetura que remontava importantes momentos da economia brasileira. Por fim, concluiu que, para que a preservação e a promoção daquele sítio histórico fossem asseguradas, seria necessário:

*Um esforço de informação e de propaganda deverá ser feito simultaneamente no Rio, em São Paulo e no exterior para divulgar Paraty e as possibilidades que ela oferece. Seria conveniente que todas as operações fundiárias fossem empreendidas antes dessa campanha. (PARENT, apud LEAL, 2008: 77)*

As operações fundiárias as quais Parent se referiu consistiam em uma série de melhorias que a cidade deveria experimentar tanto para não ameaçar a integridade dos bens como para sua promoção como um roteiro para o turismo cultural. Ele recomendou a elaboração de um plano urbanístico e zoneamentos para a cidade que, de fato, viriam a ser realizados em 1972, e já sinalizava sua preocupação com a ordenação do território e com os futuros bairros, caso o turismo se desse de forma desregrada.

Atualmente, diversas cidades brasileiras caracterizam-se como importantes destinos turísticos em função de seu patrimônio edificado. Estas cidades projetam-se no cenário nacional e, mesmo, internacional por possuírem vestígios materiais, rugosidades que remontam importantes registros de fatos e processos da história brasileira, sendo, portanto, incorporadas pelo turismo cultural.

Com a abertura de diversas rodovias nos anos 60 e 70, locais até então praticamente alijados dos fluxos de mercadorias e pessoas e relegados ao ostracismo se (re)integraram à cena econômica, política e cultural de suas regiões. Assim, muitas cidades históricas, no estado de Minas Gerais principalmente, experimentaram um processo de dinamização de suas economias basicamente estruturado em função do turismo e serviços correlatos (*tours*, o comércio de *souvenires*, o ramo da hotelaria, entre outros).

Os rebatimentos espaciais que estas cidades experimentam são de ordem econômica, política, urbana, cultural e demográfica, haja vista o grande número de pessoas que passam a circular e que se fixam nas mesmas:

profissionais temporários, turistas em geral, veranistas, donos de segunda residência, empresários, entre outros grupos. Tem-se, portanto, que a população nestas cidades é bastante híbrida no que diz respeito as suas referências culturais e demandas acerca do patrimônio da cidade, havendo no local um tecido social extremamente complexo e fragmentado.

O caso de Paraty é um exemplo claro deste processo. Marco da ocupação portuguesa no Brasil e associada aos períodos econômicos do Ouro e do Café, experimentou severa estagnação econômica do último quartel do século XIX até a década de 70 do século passado. Com a abertura da BR 101 (Rio-Santos) Paraty tornou-se facilmente acessível a carro, ocorrendo o *boom* do turismo naquele município.

Embora esta maior acessibilidade tenha permitido a recuperação do centro histórico paratiense, com a apropriação dos imóveis por empresários do ramo hoteleiro e de serviços voltados aos turistas, por outro lado também acarretou um adensamento populacional abrupto e aleatório – fato que se observa na visível desordem urbana que há fora do perímetro caracterizado como o “Centro Histórico” que é delimitado por correntes. Em busca de melhores condições de vida e de emprego, muitos migrantes e imigrantes mais que dobraram a população em quatro décadas.

A despeito dos impactos positivos ou negativos acarretados pela atividade turística, tem-se que diversas cidades ditas históricas e de alguma forma protegidas por órgãos de preservação, incorporam os discursos produzidos por essas instituições. Estas são projetadas como sendo cidades do ouro, do café, da imigração europeia não-ibérica, entre tantos outros tipos que concorrem para a afirmação de uma historiografia tradicional. No contexto atual da prática preservacionista, em que os aspectos arquitetônicos têm sua primazia relativizada pela preocupação com questões ambientais, culturais e paisagísticas, novos aspectos destas cidades ganham destaque, o que pode levar a diferentes formas de construção identitária e de autopromoção.

Por ter sido alvo de diversas etapas de patrimonialização, apresentar várias indicações para a chancela de patrimônios imateriais em curso e, ainda, por permanecer pleiteando o título de Patrimônio da Humanidade junto a UNESCO, Paraty se presta a discussão aqui colocada. As alterações e expansões na atribuição de valor imputadas àquela cidade atestam as

alterações no próprio trato com o patrimônio, tanto no contexto nacional, quanto no internacional, configurando-se como um estudo de caso bastante pertinente para as questões suscitadas por esta pesquisa.

### **Objetivo Geral**

Compreender o processo de construção imagética de Paraty, bem como a sua patrimonialização, ou seja, as diferentes atribuições de valor imputadas àquela cidade em momentos distintos – traçando um paralelo entre esse processo e as alterações observadas nas próprias políticas públicas de patrimonialização no Brasil.

### **Objetivos Específicos**

(a) Refletir sobre o conceito de Patrimônio de maneira a relacioná-lo ao processo de construção de narrativas e identidades. Apresentando, ainda, o alargamento conceitual que o termo experimentou, particularmente nas últimas décadas.

(b) Através de resgate documental, apresentar como a cidade de Paraty teve, gradualmente, um número maior de aspectos e relações valorizados pelos órgãos de proteção do patrimônio. Buscando assim compreender como a imagem e o valor daquela cidade foram e continuam sendo (re)pensados.

(c) Contextualizar as etapas de patrimonialização pelas quais aquela cidade passou às diferentes fases institucionais que os órgãos de preservação atravessaram, bem como às concepções sobre o Patrimônio vigentes em cada momento. Levar-se-á em conta, também, como a conjuntura e os atores locais interferiram/interferem nas atribuições de valor conferidas à cidade.

### **Questões**

Diante do tema da pesquisa, brevemente exposto, temos que algumas das questões que guiarão todo o trabalho são:

(a) Como as atribuições de valor a uma determinada cidade podem ser alteradas em função de contextos institucionais e intelectuais específicos e quais os rebatimentos imagéticos dessas mudanças no trato com o patrimônio?

(b) Por que o escopo legislativo atinente à preservação do patrimônio cultural pode construir e ratificar representações sobre certos grupos e sobre parcelas do território?

(c) Ao longo das diversas etapas de patrimonialização da cidade de Paraty – que vão desde sua inscrição como Monumento Estadual até as suas mais recentes candidaturas à chancela de Patrimônio Mundial, quais foram as principais alterações e acréscimos? Gradualmente, houve uma expansão significativa no rol de aspectos e relações considerados caros à memória coletiva? Quais elementos foram acrescidos à atribuição de valor imputada originalmente àquela cidade?

(d) Em quais contextos estas etapas se processaram e quais implicações podem ser percebidas, em termos de preservação e promoção do conteúdo patrimonial?

### **Relevância da pesquisa**

O patrimônio cultural é um tema que pode ser pensado e discutido a partir de várias perspectivas caras à geografia. A sua dimensão econômica permite a discussão sobre seu caráter utilitário para a denominada indústria do turismo e sobre sua posição como fator locacional para atividades ligadas a esse setor, que envolvem diretamente o consumo do espaço. Pela abordagem da geografia política a análise das políticas de preservação do patrimônio permitem compreender como diferentes atores em contextos distintos buscam criar imagens e representações e, ainda, como o escopo legislativo, através de suas normativas atua como ordenador do desenvolvimento urbano em sítios tombados.

A geografia histórica e a geografia cultural também são campos que beneficiam-se ao incorporar o patrimônio em suas agendas temáticas. No caso da primeira, admitindo os centros históricos, por exemplo, como rugosidades que ajudam a compreender uma organização espacial pretérita e, para a geografia cultural, servindo como pano de fundo para discussões sobre pós-

modernidade, identidade, multiculturalismo e hegemonia. Em *A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy*, Graham (2000, p. 4) pontua que:

In the first instance, heritage is inherently a spatial phenomenon. **All heritage occurs somewhere and the relationship between a heritage object, building, association or idea and its place may be important in a number of ways.** (...) Second, heritage is of fundamental importance to the interests of contemporary cultural and historical geography, which focus on signification, representation and the crucial issue of identity. Places are distinguished from each other by many attributes that contribute to their identity and to the identification of individuals and groups within them. Heritage is one of these attributes.

Embora sejam muitas as possibilidades de abordar geograficamente o patrimônio sob diferentes perspectivas, observa-se que a contribuição dada pelos geógrafos às temáticas atinentes ao patrimônio ainda pode ser considerada modesta. Visando a superação desta lacuna, pretende-se aqui, através do prisma de uma geografia política contemporânea, ampliar a agenda temática da disciplina incorporando às políticas públicas de preservação como principal foco de análise, admitindo que estas se materializam no território de forma bastante seletiva, elegendo locais específicos a serem preservados em função de um determinado valor que lhes é imputado. A relação com a geografia consiste na análise das representações e imagens que incidem sobre o território, tendo como principal elemento discursivo o patrimônio cultural.

### **Procedimentos operacionais**

Diante do que foi apresentado, temos ainda que a operacionalização da pesquisa está dividida em 3 etapas principais: 1 - **problematização da bibliografia** existente sobre temas e conceitos básicos que estruturam a discussão teórico-conceitual aqui compreendida; 2 - **resgate documental** das medidas de patrimonialização referentes ao município de Paraty (dados primários: dossiês, relatórios, materiais iconográficos); 3 - **elaboração de um quadro comparativo** entre as etapas de patrimonialização ocorridas naquele município, a partir de determinadas categorias de análise tais como: a) valores

defendidos; b) momentos da prática preservacionista; c) atores envolvidos, proponentes das medidas de proteção; entre outros a serem definidos.

### **Patrimônio e preservação no Brasil**

Ao pensarmos a noção de patrimônio cultural, tal como concebida atualmente, temos que a Revolução Francesa, ou seja, o final do século XVIII é um marco na medida em que assinala o começo da preocupação em se manter alguns elementos considerados caros à memória coletiva. Em um contexto de grande instabilidade econômica e política, reconheceu-se a importância que certas igrejas, prédios públicos e coleções particulares poderiam assumir no esforço de criação do estado nacional francês e do sentimento de pertencimento em comum partilhado por todos os seus cidadãos.

Em seguida, o século XIX foi o momento histórico em que se observou o surgimento de boa parte dos estados nacionais, tanto na Europa, onde diversos reinos se uniram em torno de poderes centrais, quanto nas Américas, onde as ex-colônias europeias tornaram-se países independentes configurando o atual recorte político do continente. Neste sentido, diversos símbolos foram (re)criados, personagens da historiografia tradicional foram transformados em heróis nacionais e tradições foram resgatadas ou inventadas. Hobsbawn e Ranger (1984) designam como “genuínas” certas práticas e tradições de determinadas comunidades. Tradições estas que podem ser recriadas e incorporadas a projetos político-ideológicos específicos, transformando-se em tradições inventadas. Dentre os diversos símbolos criados e valorizados no intuito de construir uma nação temos que os chamados patrimônios nacionais têm um papel de destaque na composição destas novas comunidades políticas, tal como entendida por Webber.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que o patrimônio serve de base para a formação de uma identidade. Com relação ao patrimônio cultural, Fonseca (1997, p.25), observa que “é o valor cultural atribuído ao bem que justifica seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, sua proteção pelo Estado”. No Brasil, foi durante o Estado Novo, sob o governo nacionalista e centralizador de Getúlio Vargas, que as bases jurídicas para a preservação do patrimônio foram, efetivamente, lançadas com o decreto-lei

25/37 que versa sobre a proteção de nosso patrimônio cultural. Em 1937, também foi criado o então SPHAN, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN que é o principal órgão brasileiro de preservação do patrimônio cultural. Na década de 30, portanto, começou-se a pensar mais seriamente num projeto de Brasil coeso e moderno, alicerçado sobre símbolos e instituições que costurassem a nação.

Inicialmente, a instituição privilegiou o chamado patrimônio de “pedra e cal”, arquitetônico, o que está expresso no tombamento de grande número de conjuntos arquitetônicos do período colonial português. Estas “cidades históricas”, majoritariamente barrocas, são marcos deste contexto político e econômico, ajudam a compreender, portanto, algumas dinâmicas espaciais da época e estão associados a uma historiografia tradicional, de uma elite branca, católica e ibérica.

Entretanto, ao longo de mais de sete décadas de atuação houve um significativo alargamento na seleção daquilo que vem a ser patrimônio, para o corpo técnico do IPHAN. A instituição acompanhou de um lado as discussões sobre patrimônio, travadas no plano internacional, destacando-se neste sentido as recomendações da UNESCO e, de outro, as próprias transformações nas ciências sociais nos anos 70, bastante influenciadas por sintagmas críticos. Assim, o IPHAN passou a admitir outros elementos como sendo caros à memória nacional, não apenas aspectos arquitetônico-estilísticos, mas também o meio ambiente, a biodiversidade, elementos que remetessem a grupos até então marginalizados, como negros e índios, e, mais recentemente, as práticas culturais de caráter imaterial, como danças, festas e fazeres. Isto implica, portanto, redefinir que Brasil se quer imaginar e preservar.

No entanto, o que se observa é que, a despeito da proeminência dos aspectos culturais imateriais atualmente, os sítios urbanos patrimonializados, comumente designados como centros históricos/cidades históricas, permanecem como importantes referentes no que diz respeito à ideia de patrimônio no Brasil. Hoje, elas são (re)valorizadas por serem, justamente, palco de diversas atividades tradicionais, de manifestações culturais, festejos, revelando uma ampliação nas atribuições de valor imputadas a estas cidades.

Mais recentemente a paisagem também vem sendo admitida como um bem patrimonial/patrimonializável. Superando não apenas a dicotomia entre

patrimônio cultural e patrimônio natural mas também uma visão puramente paisagística e estética dos sítios urbanos, a UNESCO criou a categoria de Paisagem Cultural Mundial, sendo aquela que expressaria uma relação excepcional entre o homem e o ambiente no qual está inserido. O Brasil, que recentemente conseguiu esta chancela para cidade do Rio de Janeiro, também vem interpondo nos últimos anos a candidatura de Paraty à Paisagem Cultural.

Assim, temos que as políticas são dinâmicas e entender o papel das cidades históricas, foco central de atuação das instituições de patrimônio desde a década de 1930, pode revelar como as imagens destas cidades vêm sendo (re)trabalhadas no campo discursivo, na atribuição do valor. Nosso objetivo, portanto, é em última análise identificar e discutir mudanças e permanências no trato com os sítios urbanos tombados, ou seja, entender a cidade enquanto bem patrimonial.

### **Caracterização do estudo de caso**

O processo de patrimonialização pelo qual passou Paraty está sintetizado na tabela abaixo.

<b>1945</b>	<b>Monumento Estadual pelo Decreto-Lei nº 1.450.</b>
<b>1958</b>	<b>Inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas Artes (Centro Histórico).</b>
<b>1966</b>	<b>Monumento Nacional pelo Decreto nº 58.077 (todo o município), pelo Congresso Federal.</b>
<b>1974</b>	<b>Inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas Artes (todo o município).</b>
<b>Anos 90</b>	<b>Candidatura a Patrimônio Mundial.</b>

Tabela 1: Elaboração do Autor / Fonte: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

O contexto mais atual aponta para tentativa de inserir Paraty na lista do patrimônio mundial. Nos anos 90, representantes da sociedade civil se articularam e lograram, formalmente, para a cidade a chancela de Patrimônio Mundial da Humanidade.

Devido a situação natural exuberante da cidade aliada a presença do casario que possui relevante interesse histórico, foi proposto que a cidade se candidatasse junto a UNESCO na categoria de Paisagem Cultural. Esta categoria, criada para driblar a dicotomia existente entre Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural, estabelece a interação excepcional entre um meio natural e as sociedade nele inserida como merecedora de proteção.

*Com o passar dos anos, o desenvolvimento de disciplinas como a ecologia política e a discussão em torno de categorias como a de desenvolvimento sustentável provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente. Foi em resposta a esse contexto que a categoria de paisagem começou a ser pensada mais fortemente pela UNESCO. (RIBEIRO, 2007, p.38)*

No entanto, o dossiê da candidatura apresentado em 2004 foi criticado e considerado incompleto.

*As principais críticas referiam-se ao fato de não terem sido englobados de modo consistente os elementos necessários para se constituir uma “paisagem cultural”, tais como as manifestações culturais populares, reivindicadas pela população. Tampouco foi destacada de maneira eficiente a relação entre os elementos naturais e culturais do sítio, atribuindo um valor muito maior ao aspecto construído do sítio histórico. (Ribeiro, 2007)*

Em 2007 a cidade preparou-se para mais uma candidatura, novamente à categoria de Paisagem Cultural, e elaborou outro dossiê intitulado *O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem*. Mais uma vez, o corpo técnico da UNESCO responsável por avaliar o caso resolveu por não conferir à cidade a chancela pretendida. Os argumentos para a negativa foram os mesmos, a articulação entre os elementos naturais e culturais do sítio não estava bem fundamentada. A despeito do fracasso daquele ano a candidatura trouxe uma série de repercussões para a cidade. Para tentar se enquadrar nas exigências da UNESCO, o projeto de iluminação da cidade foi reformulado, cabeamentos de telefonia e encanamentos de água e esgoto, por exemplo, foram totalmente embutidos no subsolo, entre outras alterações.

Paraty se diferencia por ter sido inscrita em dois dos quatro livros do tomo. Além de sua inscrição no livro de Belas Artes, a exemplo dos demais conjuntos urbanos tombados até os anos 60, entendeu-se que a cidade era

também merecedora de inscrição no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Percebe-se que a tríade composta pela baía, pelo casario e pela Mata Atlântica formam um panorama a muito valorizado e, hoje, frente a concepção da categoria de Paisagem como dispositivo de proteção do patrimônio, a cidade tem se articulado em busca desta chancela, seja a partir de agentes locais, do IPHAN e, mesmo, por orientação da própria UNESCO. Assim, temos que cada dossiê negado e revisado conduz a construção de novas narrativas, novas atribuições de valores, através das quais diferentes elementos e relações tem sido valorizados.

### **Considerações prévias**

A grande diversidade cultural presente no território nacional e a existência de órgãos de proteção e preservação do patrimônio brasileiro desde os anos 30 do século passado contribuíram para a existência de diversos sítios urbanos tombados que guardam importantes registros materiais de organizações sociais, econômicas e políticas pretéritas.

Nas últimas décadas, a prática preservacionista brasileira tem dado sinais de seu dinamismo, acompanhando as discussões travadas nas ciências sociais e em órgãos internacionais de preservação do patrimônio. Ao passo que, no caso de Paraty, as transformações no trato com as atribuições de valor para patrimônio, fazem com que a cidade tenha sua imagem e seus valores constantemente discutidos e repensados.

Assim, apresentar um debate teórico sobre a relação intrínseca entre patrimônio e discursos, bem como analisar o escopo legislativo que protege e que atribui valor àquela cidade pode vir a ser uma contribuição para o campo da Geografia do Patrimônio. Em suma, o presente trabalho visa discutir o alargamento do conceito de patrimônio, a produção de narrativas sobre o território e as várias representações que incidem sobre a cidade de Paraty a partir de seu conteúdo patrimonial. Incorporando as políticas públicas de preservação como objeto de estudo, espera-se ampliar a agenda temática da disciplina e chegar a uma melhor compreensão das imagens e discursos atinentes ao território brasileiro – admitindo as medidas de patrimonialização, evidentemente, como apenas um dos meios de produção destas narrativas.

A partir da operacionalização prevista e do cronograma de execução proposto abaixo, acreditamos ser possível chegar ao objetivo central da pesquisa, compreender diante do processo de elaboração de políticas de patrimônio, de que maneira Paraty tem sido construída como objeto patrimonial e quais as alterações na sua atribuição de valor que podem ser observadas ao longo do tempo.

### Referências bibliográficas

AGUIAR, Leila Bianchi. **O IPHAN e o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos preservados.** In: Patrimônio: Práticas e Reflexões 2. Rio de Janeiro, Copedoc/IPHAN, 2008

APPADURAI, Arjun. **Sovereignty without territoriality: notes for a Postnational Geography.** In: YAEGER, P. (ed.) *The Geography of Identity.* Chicago: University of Michigan Press, 1996.

BECKER, Berta K. **Políticas e Planejamento Turístico no Brasil.** In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. *Turismo: Espaço Paisagem e Cultura*, 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial.** Coordenação Francisco Capuano Scarlato. – São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2010.

HOBBSBAWN, E., & Ranger, T. (1984). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho da cidade.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LAGE, Claudia Marcia Freire; SANTOS, Cecilia Helena Godoy Rodrigues dos. Diamantina, Patrimônio Mundial: Desafios e Dilemas. In: LAGE, Claudia Marcia Freire (Coord.); CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado. *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.* Belo Horizonte: Fórum, 2011.

LEAL, Claudia Feieraband Baeta. **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent.** Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

MOTTA, Lia. **A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global.** In: ARANTES, A. (org). Espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

MOURE, Laura Bahia Ramos. **Mobilidade social e apropriação do espaço de Parati: 1970-2000.** Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2003. PROARQ/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

PARENT, Michel. Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique. Paris: UNESCO, 1968, Biblioteca Noronha Santos e Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro – AA01/Módulo 066/ Cx. 0076.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade monumento à cidade documento: A trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990.** 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. **A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho.** In: PAES, M. T.; OLIVEIRA, M. R. *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.* São Paulo: Annablume, 2010.

YÁZIGI, E. A. (Org.). **Paisagem e Turismo.** São Paulo: CONTEXTO, 2002.

\_\_\_\_\_. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo.** 1a. ed. São Paulo: Editora Plêiade, 2009.